



CACS – Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Lei de Criação nº 4.976 24 de abril de 2007

Lei nº 5.290 de 08 de dezembro de 2009

Lei nº 5.689 de 12 de setembro de 2012 – Da nova Redação

Lei nº 6.054 de 04 de agosto de 2015 – Altera os dispositivos da Lei 5290/09

Mandato 2017-2019

1

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CACS-FUNDEB DE 10/04/2018.

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, com início às quatorze horas, aconteceu a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, sob a presidência da senhora Silvia Maria Almeida Mota, com os seguintes conselheiros **TITULARES**: 1. Eleusa Vilela; 2. Marli Aparecida Ferreira; 3. Rafael Franco Lobo; 4. Rosimeire dos Santos; 5. Silvia Maria Almeida Mota; **SUPLENTE**: 1. Ana Aparecida Pivato; 2. Gisele Mendes Effgen Rodrigues Dorigo. **Convidado**: Nilson Silva, presidente do Conselho de Educação. Após cumprimentar a todos, comunicou a pauta do dia, iniciou com o pequeno expediente com a aprovação da ata da primeira reunião extraordinária do ano de 2018, em seguida passou a leitura das correspondências em que informou que não obteve uma resposta satisfatória sobre questionamento feito ao executivo sobre a diferença salarial observado na jornada normal do professor e a jornada ampliada, neste caso será enviada nova solicitação de explicação. Informou ainda que recebeu correspondência que informa que o executivo deve em seus apontamentos de prestação de contas informar devidamente se o funcionário recebe referente a qual pasta, se dos 40% ou 60%(CIOPI), fez também a leitura do parecer do Prefeito Municipal , de dois de janeiro de dois mil e dezessete que nomeia a Secretária da Educação Dulce de Andrade Araujo como Ordenadora da Despesa. A última correspondência foi uma carta enviada pelo diretor da Emeif. João Luiz Galvão Ribeiro convidando o Conselho a visitar as dependências de sua escola, principalmente a quadra para que vejam os problemas enfrentados pela escola em relação aos pombos. A presidente informou que irá acompanhada do Presidente do Conselho de Educação. Informou que não teve retorno dos ofícios protocolados nos dias sete e vinte e seis de março que questionava a situação das contratações de ADIs. A representante do executivo fez uma breve explicação e avisou que enviará a resposta o quanto antes. Rosemeire dos Santos pediu a palavra e afirmou que a dificuldade enfrentada pelo executivo para fazer as contratações deve-se a mudança que ocorreu na lei em dezembro passado, fato que era desconhecido, afirmou que serão prorrogados os contratos ainda em vigor por noventa dias numa tentativa de amenizar o problema e que está em curso a preparação para um concurso público de efetivação das auxiliares de desenvolvimento infantil, ADIs, bem como o processo para estagiários bolsistas. A presidente retirou de pauta a fala da comissão pelo reenquadramento salarial a pedido do grupo que pediu mais tempo para organizar documentos referentes ao pleito. Na sequência foi oferecida aos Conselheiros o uso da palavra, como não houve interessados passou-se para a ordem do dia, na qual tratamos da análise da prestação de Contas e emissão de parecer referente ao Programa Nacional de Apoio



CACS – Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

Lei de Criação nº 4.976 24 de abril de 2007

Lei nº 5.290 de 08 de dezembro de 2009

Lei nº 5.689 de 12 de setembro de 2012 – Da nova Redação

Lei n 6.054 de 04 de agosto de 2015 – Altera os dispositivos da Lei 5290/09
Mandato 2017-2019

2

34 ao Transporte escolar PNATE de dois mil e dezessete. A presidente explicou que após a análise
35 dos documentos, fez três apontamentos: o primeiro foi observado que um ônibus que sofreu
36 manutenção com as verbas do referido programa é usado para transporte de aluno do ensino
37 Superior no período noturno, o que não é permitido; o segundo um ônibus usado para viagens
38 também foi feita sua manutenção com essa verba; e em terceiro um ônibus que transporta alunos
39 de um convênio com o SER também sofreu manutenção com recursos advindos deste programa.
40 Neste caso visto como desvio de finalidade. Os demais pontos que foram verificados estavam de
41 acordo, um pequeno valor foi reprogramado. Houve um erro ainda não esclarecido em que
42 empenhos de outra pasta foram pagos com esses recursos, mas os valores foram devidamente
43 estornados ao caixa. Também foi feita uma orientação em relação as notas fiscais, algumas
44 tinham um carimbo ao invés de vir escrito no corpo da nota de onde advinham os recursos, está
45 prática está equivocada por isso foi feita a orientação no sentido de ser corrigido Em seguida a
46 presidente informou ao executivo que irá enviar novas correspondências pedindo informações
47 referentes a queixas feitas por alguns professores em relação a lei nº 6 /2011 e a revogação do
48 artigo 54. Informou outrossim que irá pedir documentação referente a medida Emergencial que
49 ofereceu transporte a população enquanto da falta da empresa que oferecia os
50 serviços. Deliberamos por pedidos de esclarecimentos das questões levantadas Nada mais
51 havendo a tratar, a presidenta encerrou a reunião, da qual, eu Gisele Mendes Effgen Rodrigues
52 Dorigo a secretariei, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será disponibilizada para
53 conhecimento público das atividades desenvolvidas por este Conselho.